

Planos derrotados

A dívida externa é mais forte do que qualquer programa de estabilização econômica. A situação da Argentina parece confirmar essa tese, aliás já encampada há algum tempo pelos economistas responsáveis pelos dois planos — o Austral I e o Austral II. Há pouco mais de dois anos, a Argentina acreditava ter encontrado finalmente o caminho de recuperação prolongada para sua economia. O presidente Raúl Alfonsín decretava um choque heterodóro em 14 de junho de 1985, visando derrubar a inflação e cortar o déficit público.

O sucesso do plano foi parcial: em 1986, a inflação argentina foi a menor dos últimos doze anos, com 81,9%. Outros congelamentos foram realizados, mas a inflação sempre voltou. E em 15 de outubro, Alfonsín decretava o Plano Austral II, com o mesmo perfil do primeiro e logo após sofrer uma importante derrota nas eleições para governador de província.

Enquanto isso, a dívida externa permanecia praticamente inalterada. Os diversos choques econômicos não recuperaram a capacidade de exportação da Argentina, hoje baseada essencialmente em produtos primários, cujas cotações externas estão em baixa há praticamente cinco anos. No dia do Austral II, Alfonsín afirmava em seu discurso que essa queda de preços, somada aos elevados juros pagos no serviço da dívida externa, além dos problemas domésticos, haviam formado

"uma bomba que é preciso desarmar". Alfonsín calculava que as taxas de juro internacionais estavam quase 50% acima de sua tendência histórica, o que implicava uma perda anual de US\$ 700 milhões.

Bem que a Argentina tentou renegociar sua dívida, enquadrando-se nas exigências rigorosas dos credores. Em abril, foi feito um acordo de refinanciamento global de US\$ 27 bilhões, referente a dívidas que venceriam até 1991 e contraídas pelo setor privado. Naquela época, um experiente banqueiro comentava: "Haverá outras renegociações e, no fundo, o problema continua sendo deslocado ao longo tempo". O então presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, e o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, apoiaram o acordo para evitar uma ruptura iminente. Em 22 de agosto, outro acordo arrancaria a seguinte afirmação do ministro da Economia, Juan Sourrouille: "Este é um acordo histórico que permitirá ao nosso país seguir com uma política de crescimento, sob condições de estabilidade". Mais recentemente, Alfonsín reiterou que a Argentina honraria seus compromissos externos, inclusive com o FMI, do qual tinha a receber US\$ 1,420 bilhão cujo desembolso estava atrasado devido ao não cumprimento das metas de política econômica interna. Mas nem a formação do Grupo dos 3 (com Brasil e México) adiantou, assim como a criação de exit bonds, praticamente ignorados pelos credores. (Olivier Udry)